

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO INTERNO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

MARISA DINIS¹

Doutora em Direito (Universidade de Salamanca)

EXCERTOS

“Para além da tradicional reunião com a presença física dos intervenientes no processo deliberativo, é possível, atualmente, o recurso aos meios telemáticos de acordo com o expressamente consagrado na alínea b) do n. 6 do artigo 377º do Código das Sociedades Comerciais”

“Atualmente, face à utilização das tecnologias de informação e comunicação, as reuniões de sócios podem ocorrer sem que todos os sócios e intervenientes (ou mesmo nenhum) estejam fisicamente presentes no mesmo local”

“A utilização das tecnologias de informação e comunicação tem crescido exponencialmente nos últimos anos”

“Ainda no âmbito dos direitos do titular dos dados, há que trazer à colação o disposto no artigo 15º da Lei 67/98, que lhe confere o direito de se opor ao tratamento dos dados que lhe digam respeito”

“As sociedades comerciais podem fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para melhorar o funcionamento dos seus órgãos”

I. Introdução

O ordenamento jurídico português foi pioneiro na consagração da utilização das tecnologias da informação e comunicação no funcionamento das sociedades comerciais. De fato, a reforma legislativa que, em 2006, se verificou no seio do regime jurídico aplicável às sociedades comerciais acarretou, entre outras novidades, a consagração expressa da utilização das tecnologias da informação e comunicação no funcionamento dos órgãos sociais. É o que resulta, aliás, do próprio preâmbulo do Decreto-Lei 76-A/2006, de 29 de março, onde se declara que o diploma dedicou especial atenção “à necessidade de aproveitamento das novas tecnologias da sociedade da informação em benefício do funcionamento dos órgãos sociais e dos mecanismos de comunicação entre os sócios e as sociedades”.

A esse tempo e nessa matéria, uma das alterações legislativas de maior monta incidiu sobre o funcionamento das assembleias gerais das sociedades anónimas. Passou, pois, nesse âmbito, a ser expressamente admitida, por consagração legal, mediante a verificação de certos requisitos, a possibilidade de as convocatórias serem expedidas por via de correio eletrónico e, bem assim, a possibilidade de as reuniões do órgão “coletividade de sócios” se darem parcial ou totalmente com recurso à utilização das referidas tecnologias².

Apesar de, em nosso entendimento, a bondade legislativa não ter sido acompanhada de uma efetiva utilização destas ferramentas e de, mais de uma dezena de anos volvidos, a utilização das tecnologias da informação e comunicação não ter logrado, neste particular, os resultados que, *ab initio*, parecia prometer, a verdade é que a sua utilização pode conduzir a uma panóplia de problemas jurídicos cujo estudo tem sido negligenciado³.

É, aliás, provável que tais complexidades jurídicas e técnicas sejam a principal causa do fraco êxito da utilização das tecnologias da informação e comunicação no funcionamento dos órgãos sociais das sociedades comerciais. Note-se, no entanto, que tal utilização continua a ser altamente incentivada como decorre, desde logo, da leitura dos princípios da boa governação das sociedades.

Apesar das inegáveis vantagens que a utilização dessas tecnologias representa (diminuição de custos, celeridade, facilidade em enviar um elevado número de documentos, acessibilidade em qualquer local, entre outras), cremos que existirá um nexo de causalidade entre o respectivo índice (reduzido) de utilização e o índice (elevado) de problemas jurídicos que ela representa. Por ser assim, parece-nos importante que tais problemas sejam identificados e que, sempre que possível, sejam avançadas algumas soluções.

Reconhecendo que são distintos e de diversa natureza os problemas que podem ocorrer neste particular, propomo-nos, neste estudo, apenas a identificar e a analisar, com a leveza própria de uma análise inicial e superficial, as implicações legais que a utilização das tecnologias de informação e comunicação podem trazer no funcionamento do órgão deliberativo interno no âmbito muito específico da proteção de dados pessoais dos intervenientes nessas reuniões.

II. Das reuniões do órgão “deliberativo interno”

1. Considerações Gerais

Como é sabido, as sociedades comerciais são dotadas de uma estrutura organizatória necessária à concretização do fim e do objeto que perseguem e, em geral, à atuação destas no tráfego jurídico. Independentemente do tipo societário adotado, fazem obrigatoriamente parte da referida estrutura dois órgãos: o órgão deliberativo interno e o órgão de administração e de representação⁴. A lei prevê, igualmente, a faculdade de as sociedades adotarem um órgão de fiscalização ou, tratando-se de uma sociedade anónima, a obrigatoriedade de o fazerem⁵.

Quando os supramencionados órgãos são coletivos, a respectiva vontade é formada mediante deliberação que resultará da manifestação da vontade individual dos intervenientes no processo deliberativo. Existem várias formas de deliberar, sendo certo, no entanto, que a reunião é a forma de deliberar por excelência⁶. Genericamente, reunião “importa a presença de uma pluralidade de sujeitos reconduzida a uma unidade com um escopo comum”⁷ que, neste particular, reside

na tomada de uma determinada deliberação conseguida à custa do exercício do direito de voto que cabe, por inerência, aos sócios⁸. Em momento anterior ao da votação tem lugar a discussão do assunto objeto da deliberação em que cada interveniente expõe os argumentos que lhe aprouver, para influenciar o sentido do voto dos demais, e em que são prestadas as esclarecimentos necessárias à formação de uma vontade esclarecida e consciente.

Assim, em termos genéricos e sem atender às especificidades que algumas assembleias encerram, por via da lei e por via dos dizeres do contrato de sociedade, participar numa reunião de sócios vai, em regra, muito além da presença dos sócios na reunião, já que abarca igualmente o debate, feito à custa da intervenção dos sócios, e o exercício do direito de voto, que permite, manifestando a vontade individual de cada votante, formar a vontade coletiva.

Refira-se, ainda, que o direito de participar na reunião de sócios, no sentido amplo anteriormente descrito, pode ser exercido pelo próprio sócio ou por representante. Com efeito, a representação dos sócios nas assembleias é admissível sem restrições no âmbito das sociedades anónimas, nos termos do artigo 380º do Código das Sociedades Comerciais, e, no que respeita às sociedades por quotas, com as restrições que decorrem do artigo 249º, n. 5, do mesmo diploma. Ora, quer isto dizer que o acionista pode se fazer representar por qualquer pessoa, não podendo o contrato de sociedade limitar este direito, e que o quotista pode ser representado por ascendente, descendente, cônjuge ou outro sócio, sendo possível o contrato de sociedade alargar este leque, mas não diminuir.

Para além dos sócios e dos seus representantes existem determinados sujeitos cuja presença nas reuniões é habitual, como sucede por exemplo com os notários⁹ e com peritos (advogados, contabilistas certificados, entre outros), e até obrigatória, como é o caso dos administradores, dos membros do conselho fiscal ou de supervisão e, sempre que se trate de uma assembleia anual, dos revisores oficiais de contas que tenham procedido ao exame das contas, tal como estatuído no n. 4 do artigo 379º do Código das Sociedades Comerciais.

Aqui chegados, isto é, depois de enunciarmos resumida e genericamente os objetivos subjacentes à realização das assembleias

de sócios e de identificarmos os sujeitos que nelas podem ou devem participar, importa descrever as diferentes formas que podem assumir.

Assim, para além da tradicional reunião com a presença física dos intervenientes no processo deliberativo, é possível, atualmente, o recurso aos meios telemáticos de acordo com o expressamente consagrado na alínea *b)* do n. 6 do artigo 377º do Código das Sociedades Comerciais. De fato, nos termos da alínea *a)* desse artigo, as assembleias das sociedades são efetuadas na sede da sociedade, ou quando este local não apresenta as condições necessárias e adequadas à realização da reunião, noutro local escolhido pelo presidente da mesa. Por sua vez, nos termos da já referida alínea *b)*, as reuniões podem decorrer através de meios telemáticos desde que as sociedades “assegurem a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e (do conteúdo das declarações) dos respectivos intervenientes”. Pese embora com algumas vozes contra, entendemos que este preceito, diretamente aplicável às sociedades anónimas, é, por remissão do n. 1 do artigo 248º do Código das Sociedades Comerciais, igualmente aplicável às sociedades por quotas e, por isso, são admitidas, atualmente, assembleias gerais parciais ou totalmente virtuais em ambos os tipos societários¹⁰.

Sobre a utilização da videoconferência podemos avançar com as seguintes modalidades de utilização: *i)* os intervenientes encontram-se em salas diferentes, mas contíguas e conexas entre si através do sistema de videoconferência que assume, nesta hipótese, uma função de auxílio e é completamente controlado pela própria sociedade; *ii)* os intervenientes encontram-se geograficamente em locais distintos mas estão conectados por um sistema de videoconferência facilitado, organizado e controlado pela própria sociedade, obrigando, ainda assim, os sócios (e outros intervenientes) a deslocarem-se para os locais equipados com o sistema; *iii)* os intervenientes podem participar na assembleia (assistir ao decurso dos trabalhos, intervir no debate e votar) desde qualquer lugar porque ela ocorre total ou parcialmente de forma virtual. As modalidades referidas pressupõem que todos os intervenientes estejam conectados entre si e que, por isso, possam participar plenamente nos trabalhos.

No entanto, para além das hipóteses vindas de referir, podemos ainda conjecturar aquela outra em que os trabalhos são emitidos, através de meios tecnológicos, para serem vistos pelos sócios que neles não participam. Desta forma, poderiam os sócios que não acorreram à assembleia, porque não tinham direito de estar presentes na reunião, porque simplesmente optaram por não comparecer (atendendo, por exemplo, aos custos de deslocação e de tempo inerentes) ou porque optaram pela representação, assistir aos trabalhos ainda que sem neles poderem participar. A principal vantagem desta modalidade reside no fato de os sócios ausentes ficarem, de imediato, a par das deliberações tomadas, para efeitos de conhecimento e até de eventuais impugnações, e, na situação de representação, de poderem dar instruções de voto ao representante no momento em que decorre a assembleia, e em função do debate, e não em momento anterior como tradicionalmente sucede.

Existe ainda a possibilidade de os sócios, presentes ou não na assembleia, assistirem aos trabalhos em diferido. Ora, esta hipótese, como se percebe, é útil sobretudo para os sócios que não estiveram presentes na assembleia mas têm interesse em saber o que efetivamente se passou, mas também poderá representar interesse para os sócios presentes que pretendem posteriormente rever a assembleia¹¹.

Outra hipótese que merece igualmente destaque e tratamento é aquela que se traduz na possibilidade de a assembleia ser transmitida, através da internet, para um *site* de acesso livre a qualquer internauta. Ora, nesta situação há que analisar, em primeiro plano, a natureza, privada ou pública, das assembleias de sócios. Tradicionalmente é reconhecido a essas reuniões um carácter privado ancorado, aliás, em vários preceitos do Código das Sociedades Comerciais¹². Com efeito, por um lado, participar nas deliberações de sócios é um direito inerente à qualidade de sócio e reconhecido, nessa medida, no artigo 21º do referido Código. Por outro lado, a presença de estranhos na assembleia geral depende, por via de regra, da autorização do presidente da mesa da assembleia (n. 6 do artigo 379º do CSC diretamente aplicável às

Existe ainda
a possibilidade
de os sócios,
presentes ou não
na assembleia,
assistirem aos
trabalhos em
diferido

sociedades anónimas e, por remissão legal do n. 1 do artigo 248º do CSC, às sociedades por quotas) que pode, ainda assim, ser revogada pela própria assembleia. Não podemos igualmente descurar, a este propósito, os dizeres do artigo 517º do CSC que prevê como sanção para a participação fraudulenta em assembleia de sócios pena de prisão até seis meses e multa até 90 dias¹³. O carácter privado da assembleia assenta sobretudo no interesse da sociedade, ou melhor, no receio de que tal interesse saia melindrado por ocasião da presença de um estranho à sociedade.

Numa hipótese como a ora aventada, há um completo desconhecimento da identidade dos assistentes sobre o fato de que a adicionar à imprevisibilidade do debate pode conduzir a situações verdadeiramente desfavoráveis e contrárias ao interesse social. Por tudo isto, parece-nos que, apenas em casos muito pontuais e com base na proteção de interesses maiores do que o próprio interesse social, por exemplo, um verdadeiro interesse público, é que os trabalhos decorridos no âmbito de uma assembleia geral devem ser difundidos para um *site* de acesso público. Será igualmente este o caso que maiores cuidados deve representar no âmbito da proteção de dados pessoais. De fato, nesta situação, os titulares dos dados não saberão quem são efetivamente os destinatários da sua imagem e da sua voz e, desta forma, o consentimento para tais transmissões pode ficar condicionado.

Note-se ainda que a natureza, privada ou pública, das assembleias gerais das sociedades abertas e das sociedades anónimas emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado apresenta alguns desvios relativamente ao que referimos sobre o cunho iminentemente privado das assembleias sociais. De tal forma assim é que há vozes, desde há alguns anos, que propugnam pelo carácter absolutamente público das assembleias deste tipo de sociedades¹⁴. Assenta, esta tendência, no denominado princípio da transparência e na necessidade de as sociedades, pelo menos das que apelam a capitais do público, transmitirem confiança aos potenciais acionistas e ao mercado em geral atendendo ao fato de terem um reflexo significativo na vida económica do país. Aliás, o próprio Código dos Valores Mobiliários, precisamente por ocasião do referido princípio, estabelece a obrigatoriedade de serem tornadas públicas determinadas

informações dispensando-as apenas quando a informação em causa seja contrária ao interesse público e possa causar prejuízo grave para o emitente (artigo 248º e seguintes e artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários).

Contudo, independentemente das considerações referidas a propósito do carácter privado ou público das assembleias, sempre temos de admitir que a possibilidade de as sociedades transmitirem, pelo menos no futuro, as suas assembleias para o público em geral pode, na prática, ocorrer e que, nesse caso, acarretará, sem quaisquer dúvidas, problemas jurídicos relacionados com a temática central deste estudo.

Atendendo ao supramencionado, fica demonstrado que, atualmente, face à utilização das tecnologias de informação e comunicação, as reuniões de sócios podem ocorrer sem que todos os sócios e intervenientes (ou mesmo nenhum) estejam fisicamente presentes no mesmo local e, por isso, nessas situações, haverá obrigatoriamente transmissão de som e de imagem. Resta, agora, saber em que termos é que a imagem e as intervenções dos sócios e dos demais intervenientes nas reuniões podem ser transmitidas e, bem assim, como e quem tem o dever de tratar esses dados.

2. A proteção de dados pessoais

Cumpre, agora, perceber de que forma a realidade supra-apresentada se relaciona com a proteção de dados pessoais ou, melhor dizendo, em que medida tal realidade reclama proteção legal em sede de dados pessoais.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Os números, até há poucos anos impossíveis de imaginar, são bem demonstrativos do peso que essas tecnologias assumem no quotidiano. De tal forma assim é que a própria sociedade, numa tentativa de adaptação às (ainda) novas tecnologias, tem-se redefinido e tem delineado novos caminhos para um funcionamento cada vez mais tecnológico e digital. Não pode ser de outra forma, pois “há mais de 250 milhões de utilizadores diários da Internet na Europa e praticamente todos os europeus possuem telemóvel”¹⁵.

São inegáveis as vantagens associadas à utilização das tecnologias, mas são igualmente inegáveis os riscos que tal utilização acarreta sobretudo no que respeita à divulgação e ao tratamento de dados pessoais. O acelerado ritmo com que a informação é difundida, a incapacidade de, por vezes, controlar e paralisar por completo a transmissão de dados e a dificuldade (ou impossibilidade) de os apagar definitivamente podem conduzir à violação grave de determinados direitos e originar danos irreparáveis, apesar de ter sido já reconhecido o direito ao esquecimento.

A consciência dos mencionados perigos e o aparecimento, a cada passo, de novas dificuldades jurídicas reclamaram, desde cedo, apoio legal. Nesse sentido, recordamos os dizeres do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa que, sob a epígrafe “utilização da informática”, afirma, no n. 1, que “todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos previstos na lei”¹⁶.

Todavia, a matéria referida na CRP apenas veio a ser regulada em 1991, por via da denominada Lei de Proteção de Dados Pessoais Face à Informática (Lei 10/91, de 27 de abril). Tratou-se de um diploma legislativo desenvolvido sob a égide dos princípios da Convenção 108 do Conselho da Europa sobre a proteção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal, assinada em Estrasburgo a 28 de janeiro de 1981, cujo principal objetivo, enunciado no artigo 1º, residia em “garantir, no território de cada Parte, a todas as pessoas singulares, seja qual for a sua nacionalidade ou residência, o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, e especialmente pelo seu direito à vida privada, face ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito (‘proteção dos dados’)”.

A Convenção 108 apresentou as definições de “dados de carácter pessoal”, de “ficheiro automatizado”, de “tratamento automatizado” e de “responsável pelo ficheiro” que foram adotadas, praticamente de forma literal, pela Lei 10/91, a qual, no entanto, veio a acrescentar outras definições. Assim, para efeitos de aplicação daquela lei “dados pessoais” eram entendidos como “quaisquer informações relativas a pessoa singular identificada ou identificável, considerando-

se identificável a pessoa cuja identificação não envolva custos ou prazos desproporcionados”, “sistema informático” como “o conjunto constituído por um ou mais computadores, equipamento periférico e suporte lógico que assegura o processamento de dados”, “ficheiro automatizado” como “o conjunto estruturado de informações objeto de tratamento automatizado, centralizado ou repartido por vários locais” e “base de dados” como “o conjunto de dados inter-relacionados, armazenados e estruturados com controlo de redundância, destinados a servir uma ou mais aplicações informáticas”¹⁷.

Os referidos princípios da Convenção 108 do Conselho da Europa inspiraram a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, que veio a ser transposta para a ordem jurídica portuguesa por via da Lei 67/98, de 26 de outubro, em particular no que respeitava ao princípio da adequação e da retificação dos dados¹⁸. É atualmente este o diploma que rege a matéria da proteção de dados pessoais no nosso ordenamento jurídico, com as alterações introduzidas pela Lei 103/2015, de 24 de agosto.

A Lei 67/98, que declara como princípio geral, estabelecido no artigo 2º, que “o tratamento de dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais”, apresenta um leque de definições mais completo e mais alargado do que o anteriormente referido na Lei 10/91. Assim, nos termos do artigo 3º da Lei 67/98, entende-se por “dados pessoais” “qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (‘titular dos dados’); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social”.

Na primeira parte deste estudo verificámos que as sociedades podem socorrer-se das tecnologias da informação e comunicação para fazer funcionar os seus órgãos. Dedicámos, neste âmbito, especial atenção ao modo de funcionamento do órgão deliberativo interno de sócios através das preditas tecnologias. Como vimos, podem os sócios

ser vistos e ouvidos por terceiros, por vezes terceiros não suscetíveis de serem identificados, sendo a sua imagem e a sua voz difundidas mediante a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Da leitura do parágrafo anterior, verificámos que são transmitidos, dessa forma, dados pessoais dos sócios e, por isso mesmo, há que analisar as regras a que essa transmissão está sujeita.

A primeira conclusão a que chegamos é que essas sociedades terão de proceder ao tratamento desses dados, o que abarca, nos termos da lei, “qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição” e serão consideradas, nos mesmos termos, como responsáveis pelo tratamento, isto é, serão essas sociedades que determinarão as finalidades e os meios de tratamento dos dados, podendo, no entanto, subcontratar a um terceiro (subcontratante) para o tratamento dos dados.

De entre as definições avançadas pela Lei 67/98 importa ainda referir que “ficheiro de dados pessoais” é entendido como o “conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico”¹⁹.

De acordo com o âmbito de aplicação, definido no artigo 4º, a Lei 67/98 “aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros manuais ou a estes destinados”. Acrescenta-se, no número 3 do mesmo preceito, que a lei é de aplicar ao tratamento de dados pessoais recolhidos por ocasião das atividades de estabelecimento do responsável do tratamento situado em território português ou fora deste território desde que, por força do direito internacional, se encontre em local onde a legislação portuguesa é aplicável. A aplicação do diploma abarca ainda as situações em que o tratamento de dados pessoais é efetuado por responsável que não está estabelecido em território da União Europeia, mas recorre, “para tratamento de dados pessoais, a meios, automatizados ou não, situados

no território português, salvo se esses meios só forem utilizados para trânsito através do território da União Europeia”. O n. 4 do mesmo artigo vem referir que a utilização de videovigilância e de outras formas de captação, tratamento e difusão de sons e imagens que permitam identificar pessoas fica sujeita às normas da Lei 67/98 desde que o responsável pelo tratamento de tais dados esteja domiciliado ou sediado em Portugal ou utilize um fornecedor de acesso a redes informáticas e telemáticas estabelecido em território português.

É precisamente este número 4 do artigo 4º da Lei 67/98 que permite afirmar que as reuniões do órgão deliberativo interno das sociedades comerciais, sempre que envolvam gravação de imagem e/ou som, nas condições supramencionadas, traduzem a recolha de dados pessoais e implicam, por isso, a aplicação da legislação respectiva.

Por ser assim, deve o responsável pelo tratamento dos dados tratá-los de forma lícita, respeitar o princípio da boa-fé, utilizá-los apenas para as finalidades previamente determinadas e na medida do necessário para a satisfação destas. Deve ainda garantir que os dados recolhidos sejam exatos (e deve promover a sua retificação sempre que verifique que não correspondem à realidade ou, não sendo possível, a sua eliminação) e que serão conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para satisfazer as finalidades que lhe subjazem.

É *conditio sine qua non* para a legitimidade do tratamento de dados que o consentimento do respectivo titular deve ser dado, de acordo com a letra da lei, “de forma inequívoca”. O consentimento do titular é, com efeito, necessário para conferir legitimidade ao tratamento de dados exceto nas situações que a lei prevê expressamente nas alíneas a) a e) do artigo 6º²⁰ e que, pensamos, não se aplicam à situação objeto do nosso estudo, sendo, por isso, necessário sempre o consentimento, prestado de forma inequívoca, dos sócios e dos restantes intervenientes

É conditio sine qua non para a legitimidade do tratamento de dados que o consentimento do respectivo titular deve ser dado, de acordo com a letra da lei, “de forma inequívoca”

nas reuniões do órgão deliberativo interno para que sejam captadas e difundidas as suas imagens e/ou vozes.

Podemos, no entanto, analisar se a alínea e) não pode ser invocada pela sociedade para dispensar o consentimento do titular no tratamento dos dados. De fato, essa norma possibilita a dispensa de consentimento sempre que o tratamento de dados seja necessário para a “prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados”. Veja-se, portanto, que se a sociedade invocar os fundamentos aqui referidos pode tratar dados sem o consentimento do seu titular. Digase, igualmente, que a exceção da alínea e), por si só e sobretudo quando ligada à alínea d), é de tal forma ampla que acaba por permitir uma legitimidade para o tratamento de dados bastante alargada, colhendo, por isso, as respectivas redações críticas por parte da doutrina.

Em nosso entendimento, não é, pois, possível dispensar este consentimento alegando que se trata da execução de contrato em que o titular dos dados seja parte. Na realidade, apesar de os sócios fundadores celebrarem efetivamente o contrato de sociedade, a verdade é que, em caso de transmissão de participações sociais, entre vivos ou *mortis causa*, os novos sócios não intervieram na celebração do contrato e, não raras vezes, não o conhecem. De qualquer forma e independentemente de os sócios não fundadores terem conhecimento das cláusulas insertas no contrato de sociedade, a verdade é que não as subscreveram e, por isso, nunca o seu consentimento seria prestado de forma inequívoca como exige a letra da lei.

Em matérias cuja sensibilidade consubstancia a grandeza da presente, entendemos que o consentimento do sócio deve ser inequívoco. Não quer isto dizer, no entanto, que tenha de ser dado para cada reunião, isto é, nada obsta a um consentimento genérico, para todas as reuniões, desde que o sócio assim o declare de forma categórica, e que os pressupostos de todas as reuniões se mantenham. Seja como for, na eventualidade de o consentimento ser prestado de forma genérica sempre se dirá que poderá, em qualquer momento, ser revogado pelo respectivo titular.

Existindo dados sensíveis, nos termos do definido no artigo 7º da mesma lei, não poderão as sociedades tratá-los. Ou seja, na eventualidade

de, durante a captação de som e/ou imagem, surgirem dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, não podem os mesmos ser tratados. Diga-se contudo que, nos termos do n. 2 do mesmo preceito, o tratamento de tais dados pode ser permitido desde que exista, para o efeito, disposição legal ou autorização da CNPD, que o fundamento para tal tratamento assente em motivos de interesse público e que seja indispensável para que o responsável pelo respectivo tratamento cumpra as suas atribuições legais ou estatutárias. É ainda admitido quando, nos termos da mesma norma, o titular dos dados presta o seu consentimento expresso a tal tratamento. Note-se que, independentemente da situação que legitima o tratamento desses dados, de cariz absolutamente sensível, tal tratamento tem obrigatoriamente de respeitar as medidas de segurança prevista no artigo 13º desse diploma e prestar garantias de não discriminação. A redação do n. 2 tem sido objeto de crítica atendendo à sua redação confusa. Seja como for, temos de destacar que esta norma veio alargar as condições excepcionais para o tratamento de dados sensíveis sem consentimento dos respectivos titulares face ao disposto no n. 3 do artigo 35º da CRP. Por ser assim, tem sido inclusivamente questionada a sua constitucionalidade perguntando-se, por exemplo, se os dizeres do n. 2 não extravasam os limites impostos pela norma constitucional.

Diga-se, ainda, que a al. b) do n. 3 deste artigo 7º admite a possibilidade dos dados serem tratados, mediante consentimento do respectivo titular, quando o responsável é uma fundação, associação ou organismo sem fins lucrativos de carácter político, filosófico, religioso ou sindical, quando procede ao tratamento no âmbito das suas atividades e “sob condição de o tratamento respeitar apenas aos membros desse organismo ou às pessoas que com ele mantenham contatos periódicos ligados às suas finalidades, e de os dados não serem comunicados a terceiros sem consentimento dos seus titulares”. Esta hipótese não é claramente aplicável às sociedades comerciais que apresentam obrigatoriamente um fim lucrativo e, também por isso, são figuras sobejamente distintas daquelas outras (fundações e associações).

Do referido anteriormente, percebe-se que o legislador faz uso de duas expressões distintas para exigir o consentimento do titular dos dados.

Enquanto no artigo 6º se faz referência ao consentimento inequívoco, no artigo 7º exige-se que o consentimento seja expresso. Tem-se, pois, com propriedade, pensamos, questionado se o consentimento exigido pelo artigo 7º é mais exigente do que aquele referido no artigo 6º. Não duvidamos que o consentimento expresso é inequívoco, mas fica naturalmente a dúvida se para ser inequívoco tem de ser expresso. Pensámos que não. Etimologicamente “inequívoco” significa “evidente” e “claro”, enquanto “expresso” vem definido, no dicionário, como “declarado com palavras”, “escrito”, “claro”, “manifesto”. Parece, assim, que mesmo etimologicamente “expresso” é mais exigente do que inequívoco. cremos, porém, salvo melhor opinião e sem descurar outras nesta sede, que o legislador não fez este exercício etimológico e o que quis verdadeiramente foi garantir que, em qualquer dos casos, o consentimento seria claro e evidente. Ou seja, em nossa opinião, a diferente linguagem em ambas as normas não foi propositada, apesar de, tratando-se de dados sensíveis, se perceber que a linguagem pudesse ser mais exigente. Porém, atendendo à letra da lei, a verdade é que, no primeiro caso, mesmo que o consentimento não seja expresso, desde que seja evidente e inequívoco, deve ser considerado válido e existente. Contrariamente, no segundo caso, o consentimento tem de ser expresso, pelo que, cremos, a forma escrita é a mais adequada a cumprir este requisito.

No caso das sociedades comerciais, cremos que a melhor forma de se obter o consentimento é a forma escrita. Pois, nestes casos, não deve a sociedade correr riscos desnecessários sobre a natureza do consentimento.

Ao titular dos dados assiste um especial direito de informação que deve ser cumprido de acordo com as indicações do artigo 10º, que começa por referir que o responsável deve informar o titular dos dados sempre que os recolhe diretamente, da identidade responsável pelo tratamento (ou do seu representante, sendo o caso) e da finalidade do tratamento. Estas informações podem ser dispensadas se já forem do conhecimento prévio do titular dos dados. No caso objeto da nossa análise, pensamos que a sociedade deve informar os sócios, desde logo, na convocatória, de que a reunião vai ser realizada com recurso aos meios tecnológicos e de que tal utilização implicará a captação

de imagem e de som e as respectivas transmissões. Esta informação, a nosso ver, não deve ser dispensada mesmo quando o contrato de sociedade prevê e regula o funcionamento dos órgãos sociais, em particular do órgão deliberativo interno, com recurso às tecnologias da informação e comunicação. Pois, mesmo neste caso, não se trata, em nosso entendimento, de executar um contrato no qual o titular seja parte nos termos conceitualmente pretendidos pela letra da lei. Ou seja, quanto a nós, independentemente de o contrato de sociedade prever a possibilidade genérica da utilização das tecnologias da informação e comunicação no funcionamento dos órgãos sociais e, em particular, do órgão deliberativo interno, os sócios devem ser informados que naquela reunião em particular as imagens e o som serão objeto de captação.

O artigo 11º da Lei 67/98 consagra o direito de acesso ao titular dos dados que se traduz no direito de este “obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos” um conjunto de informações relevantes como a finalidade do tratamento dos seus dados e as categorias de dados sobre os quais incide esse tratamento e, bem assim, se foram devidamente eliminados, bloqueados ou retificados os dados que, por disposição legal, não podem ser objeto de tratamento ou não foram corretamente tratados (dados incompletos ou inexatos), entre outras.

Ainda no âmbito dos direitos do titular dos dados, há que trazer à colação o disposto no artigo 15º da Lei 67/98, que lhe confere o direito de se opor ao tratamento dos dados que lhe digam respeito. Note-se que este direito surge, naturalmente, no âmbito de um tratamento lícito, portanto com autorização prévia por parte do titular ou com dispensa dessa alteração porque integra uma das causas legalmente previstas que o admitem e, por isso, como refere o n. 1 do artigo 12º, o direito de oposição ao tratamento de dados pode ser exercido em qualquer altura, por razões ponderosas e legítimas relacionadas com a particular situação do titular. Diferentemente, na alínea *b*) do mesmo preceito, consagra-se o direito de oposição, livre, ao tratamento de dados para efeitos de marketing direto ou qualquer outra forma de prospecção.

Sobre a segurança do tratamento de dados refere a Lei 67/98, nos artigos 14º e 15º, que o responsável pelo tratamento deve adotar medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção dos dados

pessoais, evitando riscos de destruição, acidental ou ilícita, e a perda acidental dos dados e impedindo a alteração, a difusão e o acesso não autorizados aos dados. Esses cuidados devem ser ainda maiores quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede. No artigo 15º estão expressamente referidas medidas especiais de segurança cujo elenco conta, genericamente, com a necessidade de o responsável pelo tratamento de dados garantir o impedimento ao acesso dos dados por pessoas não autorizadas.

Por fim, há que mencionar que a transferência de dados pessoais na União Europeia é livre, nos termos do artigo 18º da Lei 67/98, e para fora da União Europeia, tal como dispõe o artigo 19º, só poderá realizar-se “com o respeito das disposições da presente lei e se o Estado para onde são transferidos assegurar um nível de proteção adequado”²¹.

Está, assim, traçado, em termos gerais, o regime legalmente aplicável às sociedades comerciais que pretendem fazer uso das tecnologias de informação e comunicação para levar a cabo reuniões do órgão deliberativo interno.

Contudo, aqui chegados, não podemos desconsiderar que foi aprovado, a 27 de abril de 2016, um novo regulamento nesta sede, o qual, apesar de apenas entrar em vigor a 25 de maio de 2018, merece, pelas alterações que acarreta, destaque. Falamos, com efeito, do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que, além do mais, vem revogar a Diretiva 95/46/CE, que, como mencionámos anteriormente, foi transposta para o ordenamento jurídico português pela Lei 67/98.

Partimos, mais vez, dos dizeres do próprio diploma para relacionar as matérias aqui em estudo. Efetivamente, tal como vem expressamente declarado no considerando número 6 do Regulamento (EU) 2016/679, “a rápida evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais. A recolha e a partilha de dados pessoais registaram um aumento significativo. As novas tecnologias permitem às empresas privadas e às entidades públicas a utilização de dados pessoais numa escala sem precedentes no exercício das suas atividades. As pessoas singulares disponibilizam cada vez

mais as suas informações pessoais de uma forma pública e global. As novas tecnologias transformaram a economia e a vida social e deverão contribuir para facilitar a livre circulação de dados pessoais na União e a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção dos dados pessoais.”

É precisamente por ser assim que, como decorre, agora do considerando número 7, é de extrema relevância a consagração de um “quadro de proteção de dados sólido e mais coerente na União, apoiado por uma aplicação rigorosa das regras, pois é importante gerar a confiança necessária ao desenvolvimento da economia digital no conjunto do mercado interno. As pessoas singulares deverão poder controlar a utilização que é feita dos seus dados pessoais. Deverá ser reforçada a segurança jurídica e a segurança prática para as pessoas singulares, os operadores económicos e as autoridades públicas.”

O novo regulamento traz novidades significativas relativamente ao regime atualmente em vigor. Por um lado, no que respeita ao âmbito de aplicação da lei, há que destacar o alargamento a todas as entidades responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no território da União Europeia sem relevar, para estes efeitos, a respectiva sede. Por outro lado, legisla-se diretamente sobre menores referindo que, em caso de oferta direta de serviços a menores, o tratamento dos respectivos dados pessoais será ilícito, exceto quando o menor em causa tenha, pelo menos, 16 anos ou, não sendo o caso, quando o consentimento é prestado pelos seus representantes legais. Em geral, os direitos do titular dos dados são reforçados, o que se denota, desde logo, pelo fato de se aumentarem os requisitos necessários para a prestação de consentimento. A par do referido, exige-se que a informação a prestar seja mais rigorosa.

Ora, somados esses requisitos podemos concluir que o direito à transparência e o direito de informação e acesso aos dados pessoais saem reforçados no Regulamento (EU) 2016/679. Introduce-se o direito de retificação, o direito ao apagamento dos dados (já denominado de “direito ao esquecimento”) e o direito de portabilidade dos dados.

Os responsáveis pelo tratamento dos dados (e os subcontratantes) vão ver as suas obrigações aumentadas, o que se traduzirá, entre outras

imposições, na necessidade de adotarem políticas especificamente direcionadas para a proteção de dados (como a cifragem de dados, por exemplo); na obrigatoriedade de notificarem a entidade de controlo, no prazo máximo de 72 horas, da existência de uma violação de dados pessoais; na exigência de avaliarem, *ab initio*, o impacto das operações de tratamento de dados e, sempre que o resultado desta avaliação traduza um risco elevado para a proteção de dados, devem consultar previamente a autoridade de controlo; na obrigatoriedade de designarem um encarregado para a proteção de dados sempre que o tratamento de dados seja efetuado por uma autoridade ou organismo público (exceção feita aos tribunais no exercício da sua função jurisdicional) e também sempre que “as atividades principais do responsável pelo tratamento ou do subcontratante consistam em operações de tratamento que, devido à sua natureza, âmbito e/ou finalidade, exijam um controlo regular e sistemático dos titulares dos dados em grande escala, ou as atividades principais do responsável pelo tratamento ou do subcontratante consistam em operações de tratamento em grande escala de categorias especiais de dados nos termos do artigo 9º e de dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações a que se refere o artigo 10º”. Estabelece-se o princípio geral das transferências, o qual consagra que “qualquer transferência de dados pessoais que sejam ou venham a ser objeto de tratamento após transferência para um país terceiro ou uma organização internacional só é realizada se, sem prejuízo das outras disposições do presente regulamento, as condições estabelecidas no presente capítulo forem respeitadas pelo responsável pelo tratamento e pelo subcontratante, inclusivamente no que diz respeito às transferências ulteriores de dados pessoais do país terceiro ou da organização internacional para outro país terceiro ou outra organização internacional”.

Destacamos, por fim, o considerável aumento verificado ao nível das coimas que podem, agora, chegar até aos 20.000.000 de euros ou, se se tratar de uma empresa, até 4% do seu volume de negócios anual a nível mundial correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante mais elevado.

III. Breves conclusões

Das palavras que precedem resulta que as sociedades comerciais podem fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para melhorar o funcionamento dos seus órgãos. De entre outras possibilidades, verificámos ser hoje admissível a realização de reuniões do órgão deliberativo interno, comumente denominado de “assembleia geral” ou “assembleia de sócios”, com recurso às preditas tecnologias, conduzindo a reuniões parcial ou totalmente virtuais. Desta forma, a presença de sócios, e de outros intervenientes no processo deliberativo, deixa de ser obrigatoriamente física e passa a ser concretizada mediante a utilização de ferramentas que permitem a gravação e a difusão da imagem e da voz dos presentes na reunião.

Verificamos, igualmente, que, à luz da legislação atualmente aplicável e, bem assim, da legislação vindoura, os dados assim recolhidos são dados pessoais e, por isso, merecem tratamento legal adequado por parte das sociedades comerciais que os recolhem.

Dessa forma, e como vimos, cabe, primeiramente, à sociedade recolher junto dos titulares desses dados consentimento para o respectivo tratamento, sob pena de o tratamento não ser legítimo. Vimos, igualmente, que existem algumas contendas sobre o real alcance da expressão “inequívoco”, por um lado, e “expresso”, por outro, no que respeita à natureza do consentimento exigido, já que o legislador utiliza, em diferentes normas, distintas expressões.

A lei exige igualmente que sejam prestadas informações muito específicas ao titular dos dados e que estes sejam tratados, por parte do responsável, no nosso caso da sociedade comercial ou do seu representante, de forma lícita, com respeito pelo princípio da boa-fé, e apenas na medida do necessário e durante o tempo indispensável para cumprir as finalidades a que se destinavam.

Por fim, vimos que as sociedades devem, ainda, tomar as medidas necessárias para garantir a exatidão dos dados e promover a sua eliminação ou retificação quando for o caso.

Notas

1. Marisa Dinis. Doutora em Direito (Universidade de Salamanca). Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais e licenciada em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Professora-adjunta e Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.
2. Tende-se, por vezes, a identificar o órgão deliberativo interno com a assembleia geral. Não nos parece, no entanto, que esta identificação seja plena de rigor técnico-jurídico. Com efeito, assembleia de sócios é, no que respeita ao ordenamento jurídico português (já não assim noutros), apenas uma forma de deliberar passível de ser utilizada pelos sócios. Porém, estes têm à sua disposição outras formas de deliberar que não implicam a realização de qualquer reunião e, por isso, será, nesses casos, impróprio utilizar a palavra “assembleia de sócios”. Diga-se, igualmente, que no que respeita às sociedades unipessoais não há, em bom rigor, assembleia de sócios, coletividade de sócios ou deliberações. Há, antes porém, a decisão do sócio único que, precisamente por ser único, não delibera, decide. Neste estudo, porque apenas nos importa analisar as questões suscitadas no âmbito das sociedades pluripessoais, designaremos o órgão como órgão “deliberativo interno” ou “coletividade de sócios”. Neste sentido *vd.* ABREU, J. M. Coutinho de, *Curso de direito comercial, vol. II – Das sociedades*, 5. ed., Almedina, Coimbra, 2015.
3. Não se verificou, por exemplo, um nexos de causalidade entre a utilização das novas tecnologias e o aumento da participação dos sócios nas assembleias gerais das sociedades anónimas.
4. Em jeito de complemento ao referido anteriormente a respeito da opção pela denominação “órgão deliberativo interno”, em detrimento da denominação “assembleia de sócios”, diga-se que se trata efetivamente de um órgão “interno” já que as deliberações ali tomadas são dirigidas à própria sociedade e não a terceiros. Na verdade, compete ao órgão de administração e representação, como o próprio nome indica, tomar conta das relações externas. Não quer isto dizer, porém, que as deliberações de sócios nunca contendam com terceiros. Não é rigorosamente assim, sobretudo quando as mesmas respeitam à nomeação e à eleição de sujeitos para os órgãos sociais. Veja-se, a este propósito, XAVIER, Vasco da Gama Lobo, *Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas*, Almedina, Coimbra, 1998 (reimpressão), página 101 e seguintes e página 349. Para um entendimento diversos, *vd.* FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos Sócios – Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1993 (reimpressão), página 350.
5. No que respeita às sociedade por quotas importa referir que, nos termos do previsto no artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais, “1 – O contrato de sociedade pode determinar que a sociedade tenha um conselho fiscal, que se rege pelo disposto a esse respeito para as sociedades anónimas. 2 – As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam

- ultrapassados dois dos três seguintes limites: a) Total do balanço: 1500000 euros; b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3000000 euros; c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50. 3 – A designação do revisor oficial de contas só deixa de ser necessária se a sociedade passar a ter conselho fiscal ou se dois dos três requisitos fixados no número anterior não se verificarem durante dois anos consecutivos.” Por sua vez, as sociedades anónimas emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado devem designar um secretário da sociedade e um suplente, de acordo com o previsto no artigo 446º-A do Código das Sociedades Comerciais.
6. As deliberações das sociedades estão sujeitas ao princípio da tipicidade ou *numerus clausus* podendo apenas revestir uma das formas expressamente consagradas na lei, conforme resulta dos artigos 53º, 54º e 247º do Código das Sociedades Comerciais. Assim, as deliberações podem ser tomadas em assembleia (geral ou universal) e fora de assembleia (mediante voto unânime por escrito ou, para as sociedades por quotas e, por remissão legal, para as sociedades em nome coletivo, por voto escrito, desde que esta forma de deliberar não seja afastada no contrato de sociedade e desde que a lei não obrigue, para aquele assunto em concreto, à adoção de outra forma de deliberação). Neste estudo não abordaremos as formas de deliberar fora de assembleia nem distinguiremos as assembleias gerais das denominadas assembleias universais.
 7. Cfr. DINIS, Marisa Catarina da Conceição, *Novas Formas de Exercício dos Direitos dos Sócios – A Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação*, Dissertação de Mestrado e, Ciências Jurídico-Empresariais, novembro de 2016, Coimbra, texto não publicado.
 8. De notar que nem todos os sócios têm direito de voto; por exemplo, não o terão os acionistas titulares de ações preferenciais sem voto. Também não poderá votar, por si, por intermédio de representante ou em representação de outrem, relativamente à matéria objeto de deliberação, aquele sócio que se encontre em situação de conflito de interesses com a sociedade (cfr. artigos 251º e 384º, n. 6, do Código das Sociedades Comerciais). Pode dar-se, ainda, o caso de o acionista não ter ações em número suficiente para votar por si só. Nesta situação, apenas poderá votar se se juntar a outro acionista e na medida em que o conjunto das ações perfaça o número mínimo exigido no contrato de sociedade, nos termos do disposto no artigo 384º, n. 2, al. a), do Código das Sociedades Comerciais.
 9. Cfr. artigo 63º, n. 6, do Código das Sociedades Comerciais.
 10. Dispensamo-nos aqui de referenciar os outros tipos societários, sociedade em nome coletivo e sociedade em comandita, por ações e simples, considerando a pouca expressão que têm no seio do nosso tecido empresarial.
 11. Já se começam a ver alguns exemplos dessas transmissões, <http://web.dbee.com/lagardere/20160503/index.php?langue=fr>.
 12. Neste sentido vide XAVIER, Vasco da Gama Lobo, *Anulação de Deliberação Social...* p. 207 e ss.
 13. No n. 2 do mesmo artigo 517º pode ler-se: “se algum dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização da sociedade determinar outrem a executar

- o fato descrito no número anterior, ou auxiliar a execução, será púnico como autor, se pena mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal, com prisão de três meses a um ano e multa até 120 dias”.
14. Neste sentido, BISSARA, Philippe, *L'utilisation des moyens de télétransmission et les assemblées générales d'actinnaires*, relatório apresentado por um grupo de trabalho da L'ANSA, janeiro, 2000, p. 24.
 15. CINTRA, Nuno Torres. *A internet é a economia*, Lisboa: Princípia Editora, p. 115.
 16. A importância do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa de 1976 extravasa os limites das fronteiras lusas já que foi o primeiro texto constitucional da Europa a consagrar a proteção de dados pessoais. Cfr. CASTRO, Catarina Sarmento e, *Direito da Informática, Privacidade e Dados pessoais*. Coimbra: Edições Almedina, 2005, p. 32. O mencionado artigo 35º refere, na íntegra (para além do já transcrito n. 1), o seguinte: “2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente; 3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis; 4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei; 5. É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos; 6. A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de protecção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional; 7. Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.”
 17. Confirmar artigo 2º da Lei 10/91, de 27 de abril, onde se definiu, além do referido, o significado de “Dados públicos” – os dados pessoais constantes de documento público oficial, exceptuados os elementos confidenciais, tais como a profissão e a morada, ou as incapacidades averbadas no assento de nascimento; de “Sistema informático” – o conjunto constituído por um ou mais computadores, equipamento periférico e suporte lógico que assegura o processamento de dados; de “Banco de dados” – o conjunto de dados relacionados ou relacionáveis com um determinado assunto; de “Responsável pelos suportes informáticos” – a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer organismo competentes para decidir da finalidade do ficheiro automatizado, bem como o responsável por base ou banco de dados, e pelas categorias de dados pessoais que devam ser registados e das operações que lhes sejam aplicáveis; de “Fluxos de dados transfronteiras” – a circulação de dados pessoais através de fronteiras.

18. Para além dos diplomas assinalados, cumpre referir, pela importância que assumiram, outros atos legislativos e algumas decisões. Assim, importa fazer referência à Decisão 2000/520/CE, de 26 de julho de 2000, ao Regulamento (CE) 45/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo a proteção das pessoas singulares no respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Importa, igualmente, mencionar a Lei 41/2004, de 18 de agosto, que veio transpor para o direito nacional a Diretiva 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas e que vem complementar a Lei 67/98, de 26 de outubro. A importância desta lei é igualmente conceptual, pois, consagra expressamente como direito autónomo o direito fundamental à proteção de dados. A Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de julho de 2002, foi alterada em 2006, pela Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações. No entanto, a Diretiva de 2006 viu a sua validade afetada e foi mesmo declarada inválida pelo tribunal de Justiça da União Europeia, a 8 de abril de 2014. Posteriormente, em 2009, a Diretiva 2009/136/CE, de 25 de novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, veio efetivamente alterar a predita Diretiva 2002/58/CE. A 1 de dezembro de 2009, com a assinatura do Tratado de Lisboa reconhece-se a importância destas matéria e o artigo 16º afirma que “todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”. Finalmente, relembrem-se os dizeres dos artigos 7º e 8º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, integrada no Tratado de Lisboa, que reconhecem a autonomia do direito fundamental à proteção de dados face ao direito fundamental “respeito pela vida privada”.
19. A Lei 67/98 apresenta, igualmente, as seguintes definições: i) “terceiro”: “a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados”; “Destinatário”: “a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo a quem sejam comunicados dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro, sem prejuízo de não serem consideradas destinatários as autoridades a quem sejam comunicados dados no âmbito de uma disposição legal”; “Consentimento do titular dos dados”: “qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objecto de tratamento”; “Interconexão de dados”: “forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

Veja-se, igualmente, o Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 19 de outubro de 2016, processo C-582/14, onde se conclui que “o artigo 2º, alínea a), da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, deve ser interpretado no sentido de que um endereço de protocolo Internet dinâmico registado por um prestador de serviços de meios de comunicação em linha aquando da consulta por uma pessoa de um sítio Internet que esse prestador disponibiliza ao público constitui, relativamente a esse prestador, um dado pessoal na aceção dessa disposição, quando este disponha de meios legais que lhe permitam identificar a pessoa em causa graças às informações suplementares que o fornecedor de acesso à Internet dessa pessoa dispõe” e que “o artigo 7º, alínea f), da Diretiva 95/46 deve ser interpretado no sentido de que se opõe a uma regulamentação de um Estado-membro nos termos da qual um prestador de serviços de meios de comunicação em linha apenas pode recolher e utilizar dados pessoais de um utilizador desses serviços sem o consentimento deste na medida em que essa recolha e essa utilização sejam necessárias para permitir e faturar a utilização concreta dos referidos serviços por esse utilizador, sem que o objetivo de garantir o funcionamento geral desses mesmos serviços possa justificar a utilização dos referidos dados após o termo de uma sessão de consulta desses meios de comunicação”.

20. Refere o artigo 6º da Lei 67/98 que “o tratamento de dados pessoais só pode ser efectuado se o seu titular tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento ou se o tratamento for necessário para: a) Execução de contrato ou contratos em que o titular dos dados seja parte ou de diligências prévias à formação do contrato ou declaração da vontade negocial efectuadas a seu pedido; b) Cumprimento de obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; c) Protecção de interesses vitais do titular dos dados, se este estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento; d) Execução de uma missão de interesse público ou no exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo tratamento ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados; e) Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados”.
21. O n. 2 do artigo 19º da Lei 67/98 esclarece que “2 – A adequação do nível de protecção num Estado que não pertença à União Europeia é apreciada em função de todas as circunstâncias que rodeiem a transferência ou o conjunto de transferências de dados; em especial, devem ser tidas em consideração a natureza dos dados, a finalidade e a duração do tratamento ou tratamentos projectados, os países de origem e de destino final, as regras de direito, gerais ou sectoriais, em vigor no Estado em causa, bem como as regras profissionais e as medidas de segurança que são respeitadas nesse Estado”.

Referências

- ABREU, J. M. Coutinho de. *Curso de direito comercial, vol. II – Das sociedades*, 5. ed., Almedina, Coimbra, 2015.
- BISSARA, Philippe. L'utilisation des moyens de télétransmission et les assemblées générales d'actinnaires, relatório apresentado por um grupo de trabalho da L'ANSA, janeiro, 2000.
- CASTRO, Catarina Sarmento e. *Direito da Informática, Privacidade e Dados pessoais*. Coimbra: Edições Almedina, 2005.
- CASTRO, Catarina Sarmento, Protecção de dados pessoais na Internet, in Sub judice. *Justiça e sociedade*, Coimbra, n., 35, abr.-jun. 2006, p. 11-29.
- CINTRA, Nuno Torres. *A internet é a economia*. Lisboa: Princípia Editora, p. 115.
- FERREIRA, Pedro. *A protecção de dados pessoais na sociedade de comunicação*: dados de tráfego, dados de localização e testemunhos de conexão. O Espírito das Leis, 2006.
- PINHEIRO, Alexandre Sousa, *Privacy e protecção de dados pessoais*: a construção dogmática do direito à identidade informacional, Lisboa: AAFDL, 2015.
- FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Deliberações dos Sócios – Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1993 (reimpressão).
- XAVIER, Vasco da Gama Lobo. *Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas*. Almedina, Coimbra, 1998 (reimpressão).